aldeias de Milamba, Senga e Quitupo, de onde 556 famílias foram removidas à força, e 2000 famílias serão transferidas no futuro. Os projetos tiraram as pessoas de terras agrícolas e, para os compensar, forneceram-lhes terras longe das suas casas e que, em muitos casos, não são aráveis.

As comunidades piscatórias, habituadas a viver a menos de 100 metros do mar, estão agora a ser deslocadas 10-15 km para o interior, perdendo assim as suas principais fontes de rendimento. Há pouca informação sobre o tipo de compensação que estas pessoas vão receber. A maioria das pessoas recebeu um pedaço de terra de 1,5 hectares, independentemente de possuírem actualmente 1 hectare, 5 hectares ou mesmo 10 hectares.

Militarização e indústrias secundárias

Na província de Cabo Delgado, no que até agora tem sido terra de pequenos agricultores e pescadores de subsistência, a indústria do gás também está a abrir portas e a incentivar a entrada de indústrias secundárias como as da construção, petroquímica, agroquímica e empresas privadas de segurança, que estão a afectar a situação da população local.

Desde os últimos dois anos, existe o flagelo de ataques violentos às comunidades que habitam a região do gás, mas não é claro quem são os agressores. Enquanto o governo tem atribuído estes ataques a "grupos terroristas islâmicos", muitas comunidades acreditam que estes estão de alguma forma ligados à indústria do gás, uma vez que só começaram quando os representantes da indústria se tornaram visíveis na área.

Devido a estes ataques, a vida tem-se tornado cada vez mais perigosa na Província de Cabo Delgado, o que também dificulta a visita das ONGs às comunidades afectadas pelos projectos de gás. Como resposta, o governo trouxe os militares para a área. A região tornou-se assim altamente securitizada, mas as comunidades locais relatam viver ainda sob constante receio de maus tratos pelos militares em vez de se sentirem protegidas dos ataques, criando assim uma situação altamente frágil.

Além disso, o aparecimento de indústrias secundárias relacionadas com a extracção de gás inclui frequentemente a petroquímica. Em Moçambique, o governo considerou a entrada da indústria agroquímica na província de Cabo Delgado e já houve interesse das empresas internacionais em produzir fertilizantes a partir de gás natural e em coagir os agricultores a fazer colheitas maiores em parcelas menores de terra. Contudo, a indústria agroquímica tem estado muitas vezes ligada à criação de monoculturas, à dependência excessiva de fertilizantes e à poluição ambiental, particularmente à contaminação de fontes de água subterrâneas.

NÃO AO GÁS EM MOÇAMBIQUE

Sumário Informativo

Justiça Ambiental (JAi) / Friends of the Earth Moçambique

A corrida ao gás na Província de Cabo Delgado em Moçambique tem resultado em inúmeras violações de direitos humanos das comunidades locais que vivem na área e, à medida que a indústria cresce sem qualquer restrição por parte dos governos nacionais e internacionais, estas vão sendo agravadas.

Desde que foram descobertos 10 triliões de pés-cúbicos de gás natural na Bacia do Rovuma ao largo da costa do norte de Moçambique em 2006, várias empresas multinacionais assinaram acordos de compra e exploração de gás nesta área.

Estas empresas incluem: Anadarko, Exxon, Eni, BP, Total e Shell, financiadores públicos e privados como as agências de crédito à exportação da África do Sul, Japão, China, Itália e Holanda, o Banco Norte-Americano de Exportação-importação, Credit Agricole, BNP Paribas, assim como vários grandes bancos chineses.

Moçambique continua a ser um dos países mais pobres, mesnos desenvolvidos e mais endividados do mundo. As estatísticas de 2018 do Fundo Monetário Internacional colocam Moçambique em número 6 na lista dos países mais pobres e 80% da população não tem acesso à electricidade.

Apesar do acesso incrivelmente limitado à electricidade no país, os projectos de gás natural liquefeito (GNL) não beneficiarão os cidadãos moçambicanos sem acesso à electricidade, uma vez que a maior parte do gás será transformado em GNL e imediatamente enviado para outros países, em particular para os mercados da Ásia e Europa.

Além disso, para construir e manter as infraestruturas necessárias para estes projectos, o governo terá de desviar fundos que poderiam ser gastos noutros investimentos mais sustentáveis, como o desenvolvimento de energias renováveis, educação e programas sociais.

Centenas de famílias já foram obrigadas a sair das suas casas e terras sem receber a compensação adequada e apropriada, para a indústria poder construir infraestruturas de apoio à exploração e gás em terra, o que tem graves implicações nos modos de vida destas famílias.

Apesar da indústria do gás normalmente promover o gás natural como uma fonte de energia mais sustentável em comparação com o carvão, este não é o caso. Os projectos de extracção de gás em Cabo Delgado podem resultar numa enorme libertação de gases com efeito de estufa, principalmente o metano, o que poderá aumentar as emissões de gases com efeito de estufa de Moçambique em 14%.

Neste sentido, a extracção de gás não só criará instabilidade e insegurança para a população local na província de Cabo Delgado, como também contribuirá para o problema global das alterações climáticas, que já está a ter um impacto devastador em Moçambique. De facto, na Primavera de 2019, Moçambique foi atingida por dois grandes ciclones. Esta foi a primeira vez na história do país que dois ciclones ocorreram numa única estação, matando mais de 600 pessoas e afectando pelo menos dois milhões, destruindo parcial ou totalmente mais de 35.000 casas na província de Cabo Delgado. A corrida à extracção de gás em Moçambique contradiz completamente a necessidade urgente de uma transição para uma economia baseada em energias renováveis.

Uma primeira vaga de operações no terreno está agora confirmada uma vez que a Anadarko anunciou em Julho de 2019 a aprovação para a construção de um terminal de liquefacção e exportação de gás na região de Cabo Delgado que vai custar 20 mil milhões de dólares – sendo assim o maior projecto de GNL aprovado em África. Estas operações terão início em breve e envolverão a construção de infraestruturas para extrair gás de uma zona no mar, que depois será bombeado para terra e liquefeito para posterior exportação através de camiões GNL.

A JAi tem trabalhado intensivamente com as comunidades locais em Cabo Delgado e descreve que esta situação tem causado muita confusão e que terá várias implicações nos acordos já assinados entre a Anadarko, o governo e as comunidades locais no que respeita ao seu realojamento, compensações e investimentos. Nesta situação incerta, as comunidades locais que não têm um bom conhecimento dos seus direitos de propriedade das terras, compensação em caso de mudanças e assuntos relacionados, precisarão de apoio para assegurar que os seus direitos são respeitados e não explorados pelas multinacionais.

Mudanças Forçadas e Compensações

Os projetos acima mencionados já retiraram terras de milhares de comunidades locais que foram removidas por acordo mútuo, mas sem a devida compensação, ou que foram removidas à força. Desde o início da intervenção piloto, a JAi tem trabalhado e visitado as

HTTP://GALPMUSTFALL.CLIMAXIMO.PT/